

JORGE ALVES OSÓRIO
Universidade do Porto

DUARTE DE RESENDE, TRADUTOR DO «DE AMICITIA» DE CÍCERO (1531)

Na dedicatória da *Ropica Pnefma* a Duarte de Resende, João de Barros deixa algumas indicações interessantes para uma leitura da tradução que este fidalgo letrado, seu amigo e parente, fez do *Laelius de Amicitia* de Cícero¹.

A *Ropica Pnefma* saiu impressa em Lisboa em 1532 dos prelos do impressor Germão Galharde; a tradução de Resende saíra da oficina do mesmo tipógrafo, em Agosto do ano anterior, mas em Coimbra².

O jogo das datas merece alguma atenção. Em Maio de 1531 João de Barros dedica a Duarte de Resende a sua *Ropica Pnefma*, que Germão Galharde acabará de imprimir precisamente um ano depois, já em Lisboa; em Agosto de 1531 este mesmo impressor, então ainda na cidade de Coimbra, terminava a impressão do texto português do *De Amicitia* ciceroniano, dedicado a uma outra figura preponderante dos meios cultos portugueses de então, Garcia de Resende.

¹ A edição de 1531 inclui os seguintes textos: *De Amicitia, Paradoxa e Somnium Scipionis*. No entanto, para efeito de apreciação do comportamento do tradutor, privilegiou-se o texto do *Laelius*. Estes textos, reimpressos no séc. XVIII, foram reeditados recentemente: Duarte de Resende, *Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*, ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, 1983.

² *Marco tulio ciceron de Amicicia / paradoxas & sonho de Scipião. tira / do em lingoag portuguesa p[or] Duar / te de Resẽde caualeyro fidalguo da / cassa del rey nosso Senhor!!*; cfr. António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das Obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926, n.º 595. Servimo-nos de reprodução do exemplar desta edição existente na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa.

Na sua dedicatória ao amigo e familiar, que pouco tempo antes regressara do Extremo Oriente, Barros glosa um tópico habitual na pena dos humanistas: o *otium* que permitia ao homem de letras, através das leituras e da escrita, encontrar o recolhimento interior que o fortalecia diante das adversidades da vida real. O escritor reportava-se a circunstâncias bem concretas, do conhecimento dos leitores contemporâneos, e que eram as calamidades naturais que haviam assolado sobretudo a zona de Lisboa, nesse inverno de 1531, como as chuvas, os tremores de terra e a peste, motivo da conhecida *Carta* de Gil Vicente a D. João III. A situação evocada constituía uma referência facilmente descodificável e de que não havia que duvidar, mas que, enquadrada na tradição letrada do humanismo desde Petrarca e Bocácio, não deixava de convocar o espírito do leitor para as condições adequadas à elaboração de obras sérias, como era o caso do diálogo da *Ropica Pnefma*³. Por isso recorda o pedido que fizera pouco tempo antes a Duarte de Resende, no sentido de este lhe remeter o seu «Túlio», com o *De Officiis*, já que a sua leitura era lenitivo para as desgraças do presente, no ermo em que se encontrava⁴. Tratava-se, evidentemente, de uma edição de Cícero com os textos tão divulgados do *De Officiis*, *De Amicitia*, *Paradoxi* e *Somnium Scipionis*, certamente uma das várias edições erasmianas deste conjunto ciceroniano⁵.

Estamos perante o exemplo bem claro da circulação dos livros entre os leitores na primeira metade do século XVI⁶: os círculos de homens de

³ Na dedicatória do seu *Clarimundo* a D. João III, Barros evoca as circunstâncias «públicas» em que terá sido escrita a narrativa pseudo-histórica, acentuando que não eram as mais convenientes para obra séria, que exigiria recolhimento e silêncio. No passo em apreço da dedicatória a Duarte de Resende, é óbvio que o léxico enfatiza, por si próprio, a dimensão afectiva: *socorrer* um estado de alma do humanista, afastado da cidade e dos livros.

⁴ João de Barros, que diz não dispor, na Ribeira de Alitém, desse livro, podia estar a solicitar que o amigo lhe devolvesse o exemplar utilizado em Ternate para traduzir o texto latino; não será de pôr de lado a hipótese de o livro ter sido enviado para o Oriente, à semelhança da *Crónica do Imperador Clarimundo*, saída dos prelos de Galharde em 1522, que Barros recorda ter remetido para as ilhas Molucas; cfr. João de Barros, *Ropica Pnefma*, ed. de I. S. Révah, vol. II, Lisboa, 1983, p. 3.

⁵ Na sua dedicatória a Garcia de Resende, deixa claro que desconhecia as traduções do século anterior, porque do *De Officiis* conhece unicamente a castelhana. Devia tratar-se da versão anónima impressa em Sevilha em 1501; cfr. *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram*, ed. de Joseph Piel, Coimbra, 1948, p. XII, n. 2. Mais tarde, D. António Pinheiro revelará também ignorar a tradução de Duarte de Resende, se bem que conhecesse as do Infante D. Pedro, conservadas em manuscrito; cf. *Trelladaçam do Panegyrico de Plinio o mais Moço*, T. II, Lisboa, na Of. de Jozé da Silva Nazareth, 1783, 10-11, «Do proveito das Trelladaçoens».

⁶ Situação já bem distinta daquela que nos denunciam as bibliotecas manuscritas do séc. XV; cfr. Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, I, Lisboa,

letras, muitas das vezes relacionados entre si pelos laços familiares, que formam uma pequena sociedade em que leituras, escritas e livros se partilham. Nesse ambiente se fazia também a crítica literária, onde a ideia da ajuda constituía de igual modo uma modalidade da vida cultural e literária.

Há aqui dois pontos a salientar: por um lado, a escolha de Cícero; por outro, a utilidade que da leitura de um conjunto de obras suas se podia retirar em determinadas circunstâncias⁷. Na verdade, é sintomático que Barros enuncie, logo à cabeça da sua dedicatória, as condições motivadoras do desejo de leitura de Cícero: a necessidade que as adversidades da vida criavam no homem de letras, isolado da conversação e da convivência dos amigos por causa das calamidades naturais. Trata-se de um lugar comum que a ficção celebrizara desde o *Decameron* de Bocácio, mas que se envolve dos preconceitos instituídos em torno da polémica sobre as virtudes da vida solitária e da vida social⁸.

É bem sabido que os humanistas foram leitores atentos e interessados de Cícero, no que aprofundavam o enorme legado que os tempos medievais tinham deixado quanto a zonas fortes da formação cultural⁹. Valorizaram de modo particular as facetas da mensagem reflexiva e pessoal (além das retóricas...) que muitas das suas obras ofereciam¹⁰. Seja exemplo o esquema do diálogo entre amigos, que Erasmo tem presente nos *Colloquia familiaria*, onde o adjectivo «familiaris» vem carregado de uma dimensão bem ciceroniana. A prática de um discurso que insistia, por

1982, p. 190s. Cfr. também e sobretudo Aires A. Nascimento, «As Livrarias dos Príncipes de Avis», *Biblos*, LXIX (1993), p. 265s.

⁷ Anselmo Braamcamp Freire evoca uma cena tipicamente tropical: «Da sua ciência desta lingua [o latim] dá fé a tradução dalgumas composições de Cicero, obra certamente retocada durante os entorpecidos ocios da feitoria de Ternate, no meio dos sacos do cravo de acre perfume, e entrando pelas janellas o ar quente e humido do verão constante e os ruidos do proximo vulcão»; *Crítica e Historia. Estudos*, Lisboa, 1910, p. 79. Nada existe, porém, que nos autorize a imaginar um Duarte de Resende envolvido pelo sentimento do desterro longínquo, que no entanto era habitual na sensibilidade portuguesa de Quinhentos; cfr. Carlos Ascenso André, *Mal de ausência. O canto do exílio na lírica do humanismo português*, Coimbra, 1992. Por exemplo, nem uma alusão a uns *Pontica* orientalizados...

⁸ Cfr., entre outra bibliografia, Marc Deramaix, «*Otium Parthenopeium* à la Renaissance: le lettré, l'ermite et le berger», *Bulletin Budé*, Paris, 1994, 2, p. 187s. 1994...

⁹ Cfr. Américo da Costa Ramalho, «Cícero nas orações universitárias do Renascimento», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, II, Porto (1985), p. 29s.

¹⁰ Sobre a influência de Cícero na cultura portuguesa na passagem do séc. XV para o séc. XVI, cfr. Manuel Cadafaz de Matos, «A presença de Cícero na obra de pensadores portugueses nos séculos XV e XVI (1436-1543)», *Humanitas*, XLVI (1994), p. 259s.

vezes, na aproximação familiar ao leitor, conotando também a ideia de um interiorismo a que o cristão não podia ser insensível, a par da projecção moral de um sofrimento pessoalizado, facilitava certa intersubjectividade que justificava o apreço dos humanistas pelo Arpinate. Daí — também — as marcas que Cícero deixou no séc. XVI, nos mais diversos campos da reflexão moral, da filosofia, da literatura, da espiritualidade mesmo¹¹. Neste quadro se compreende a importância concedida às *Tusculanas* na formação e alimento cultural do humanismo europeu quinhentista¹².

Nos meios cultos portugueses era a segunda vez que, no espaço de um século, se evidenciava um interesse particular por Cícero e pela preocupação de tornar acessível alguns dos seus tratados mais directamente doutrinários no domínio dos comportamentos morais ou políticos a um público que já não dominaria facilmente o latim.

O primeiro momento surgira no quadro do programa de traduções incrementado e orientado pelo infante D. Pedro, da realização do qual nos chegou só uma parte; entre os textos então traduzidos estava precisamente o *De Amicitia*. O segundo momento surge no séc. XVI, na década de trinta: é a tradução resendiana de que aqui falamos, a que importa juntar a do *De Senectute* que Damião de Góis fez imprimir em 1538, em Veneza¹³.

Trata-se de dois momentos culturais distintos, com motivações diferentes, mas que evidenciam uma idêntica postura face ao valor da cultura antiga. Em ambos os casos está implícita a ideia da utilidade que Cícero comportava para o leitor¹⁴.

¹¹ Cfr. Maria Helena da Rocha Pereira, «Nas origens do Humanismo ocidental: os Tratados filosóficos ciceronianos», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Porto, II (1985), p. 7s.

¹² Cfr. Jean-Claude Margolin, «*Les Tusculanes*, guide spirituel de la Renaissance», *Présence de Cicéron. Hommage au R. P. M. Testard*, Paris, 1984, p. 129s.; para o caso de Camões, cfr. Américo da Costa Ramalho, «Os estudos de Camões», *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1980-1981, em particular p. 40-41. Barros lia as *Tusculanas* e outros tratados de Cícero, que cita na sua *Rópica Pnefma*.

¹³ *LIVRO DE MARCO TVLLIO / çiferam chamado Cato maior, ou da / velhice, dedicado a Tito / Põponio Attico / (Gravura com a marca do impressor) / Em Veneza per Steuão Sabio / MDXXXVIII*; em 1994 apareceu à venda, num alfarrabista do Porto, um exemplar desta primeira edição, único até ao momento conhecido entre nós. Cfr. Jorge A. Osório, «O texto da tradução do *Cato Maior* por Damião de Góis: alguns problemas de crítica textual», *Critique textuelle portugaise*, Paris, 1986, p. 185s. É sabido que o *De Senectute* havia sido mandado traduzir para português ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena pelo infante D. Pedro; cfr. *Livro dos Offícios*, ed. cit., p. XLIII.

¹⁴ Aliás, há que notar que o significado destas iniciativas é tanto mais de realçar quanto é certo que o surgimento de edições de textos latinos de Cícero entre nós é

Se atentarmos na colecção de obras latinas de que o infante D. Pedro promoveu a tradução para português na I metade do séc. XV, torna-se sensível uma intencionalidade pragmática: os textos traduzidos por si ou a seu mando revestiam-se, todos, de uma utilidade a que não seriam indiferentes propósitos formadores de uma classe política recentemente ascendida ao poder. Mais do que isso, ou complementarmente com isso, por si e em conjunto essas obras visavam, na forma vernácula que a tradução lhes concedia para leitores cuja sensibilidade e mentalidade subsumiam as dimensões do subjectivismo cristão, uma área bem definida: o comportamento dos indivíduos no interior da sua comunidade ou grupo social. Não andariam certamente longe disto os propósitos do Infante ao mandar traduzir o *De ingenuis moribus* de Vergério, obra recente, e o *De senectute* de Cícero, obra clássica. Ambas as obras abarcavam os marcos da vida activa dos indivíduos, a juventude e a velhice.

Uma evidência similar há que descortinar na utilidade do *De Amicitia*, cuja tradução D. Duarte havia certamente sugerido: atentar em exemplos e modelos de relacionamento, coerente e solidário, entre os membros de um grupo social, como seria a aristocracia mais directamente relacionada, pelo seu estatuto, com o poder real; uma aristocracia actualizada culturalmente, não alheada das funções que lhe competiam no apoio à realeza, com argumentos autorizados por leituras sérias na concepção de que o reino assentava num poder régio dignificado politicamente. Não esqueçamos que, nos anos em que o Infante incrementa as tarefas tradutórias e D. Duarte lhe solicitava uma versão do *De Amicitia*, se observa alguma internacionalização da corte portuguesa, mercê da atracção que exercem as notícias sobre as oportunidades cavaleirescas nas praças do Norte de África.

O *De Amicitia* não aparece referido entre as listas de livros das livrarias manuscritas do séc. XV pertença da família real¹⁵. Mas o *Livro dos Conselhos* de D. Duarte inclui a transcrição de uma carta do infante D. Pedro, datada de Penela em 17 de Janeiro de 1434, a qual acompanhou a remessa ao príncipe irmão da tradução que este havia solicitado do referido tratado de Cícero¹⁶. O tradutor encarregado da tarefa fora Fr. João de Verba, ao tempo da carta Prior de S. Jorge, clérigo a quem D. Pedro também solici-

relativamente tardio, dependente sobretudo do incremento da população estudantil coimbrã, na segunda metade do século.

¹⁵ Também não se incluía entre os manuscritos do Condestável D. Pedro.

¹⁶ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de J. J. Alves Dias, Lisboa, 1982, p. 87.

tara a colaboração na versão da *Virtuosa Benfeitoria*¹⁷. Parece, pois, que essa tradução existiu de facto, se bem que não se encontrem rastros dela no séc. XV; aliás, Duarte de Resende revelará não ter notícia das traduções feitas nesta época, quando editar, cem anos depois, as suas versões.

Nessa carta, D. Pedro tece considerações importantes sobre o significado e a doutrina contidos no *Laelius* ciceroniano¹⁸. A leitura que fez do tratado¹⁹ permitiu-lhe vislumbrar a utilidade que a filosofia social nele abordada oferecia para o seu tempo. A «amizade» implica um «coração voluntarioso e livre», ou seja, é algo que depende da afirmação de uma vontade e da necessidade de se encontrarem as condições para a sua efectivação. Transferida a doutrina para o ambiente quatrocentista, essa «amizade» não podia identificar-se nem confundir-se com o tipo de relacionamento vassálico entre senhor e servidor. É que nestas condições não se verificava a liberdade que a amizade exigia, segundo Cícero. Consequentemente, a amizade paradigmática no tratado latino só poderia aplicar-se entre indivíduos inscritos num mesmo plano social. Por outras palavras, o relacionamento interindividual designável por «amizade» não se podia assemelhar ao «bom e direito senhorio»; o nome de «amigo» podia designar o tipo de relação entre ele, Infante, e seu irmão rei, mas não a relação de dependência consubstanciada no serviço senhorial de natureza vassálica, alheada da liberdade que aquela implicava.

Por isso, D. Pedro se apressa a esclarecer que a aplicação do termo «amigo» a um rei não pode, de forma alguma, subverter a noção de «amor»; D. Duarte era um bom exemplo disso, já que «da vontade e de saber bem amar e vsar das obras respondentes a a uerdadeyra amizade a

¹⁷ Vid. Maria Helena da Rocha Pereira, «Helenismos no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*», *Biblos*, LVII (1981), p. 313s, onde se recorda que se trata do «primeiro tratado de filosofia moral e política em português»; de acordo com este importante trabalho, o texto da *Virtuosa Benfeitoria* deve ter sido composto entre 1418 e 1425 (p. 318). Cfr. também Nair de Castro Soares, «A *Virtuosa Benfeitoria*, primeiro tratado de educação de príncipes em português», *Biblos*, LXIX (1993), p. 289s. Cfr. ainda, entre uma abundante bibliografia sobre o Infante, Aires Nascimento, *art. cit.*, p. 278.

¹⁸ Há que anotar que o *Laelius de Amicitia* foi uma das obras de Cícero que mais interessou os meios cultos portugueses. Para além das traduções já referidas, saliente-se a recente e louvável, pelo seu rigor e pelo esmero das notas, de Sebastião Tavares de Pinho (Cícero, *A Amizade*, Coimbra, 1993). Uma outra versão terá sido levada a cabo nos finais do séc. XVI, também em terras orientais como a de Resende; cfr. Manuel Cadafaz de Matos, «O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis*», *art. cit.*, p. 339, n. 72.

¹⁹ D. Pedro diz ter percorrido a obra: «Eu corry senhor este tratado...»; *ed. cit.*, p. 87.

vos dou a vantajem de quandos eu vy» (p. 88)²⁰. A ideia de «bem amar» articulava-se com a arte de bem reger «a republica de uosos reynos em que se comprehendem todas as pessoas e estado deles e em este firmando uoso amor sempre açhares quem uos ame mais do que uos amardes» (p. 88). O que importava, em essência, sublinhar era que o livro que o Prior de S. Jorge acabara de traduzir focava os inconvenientes do «louuor mentideyro ou louuor uerdadeyro com tenção maliçiosa» (p. 89). Ora, pressupunha-se, o campo de aplicação da «amizade» tinha de se revelar livre de tais condicionamentos, e portanto só entre iguais se podia perspectivar²¹.

Isto exprimia um propósito e uma insistência no terreno da filosofia política, ao permitir acentuar com mais nitidez a fronteira a estabelecer entre a alta aristocracia, próxima do rei, e aqueles outros obrigados a «aparelharem os corpos e as uontades a serem sempre seus e morrerem por eles» (p. 88). Afirmava-se, deste modo, a necessidade de uma racionalidade organizativa das relações intergrupais, com uma clareza maior no terreno das obrigações e direitos de todos.

O interesse de um tal programa doutrinário reflectia-se não só nos cuidados do Infante em promover as traduções, mas também nas referências que ele e seu irmão fazem à dificuldade de verter um texto de uma língua culta como o latim para uma língua vulgar como o português. Quando D. Duarte regista no *Livro dos Conselhos* uma nota sobre a «maneira pera tornar *alguma* lectura em noso lyngoagem»²², assunto que faria parte mais extensamente do *Leal Conselheiro*, revela uma preocupação de natureza linguística, relacionada com o modo de tratar um texto escrito antigo e convertê-lo a hábitos de leitura de um leitor já diferente. O que está, porém, em causa é mais a questão da competência linguística

²⁰ A necessidade social da «amizade» e a distinção teórica entre «amizade» e «amor» no quadro das relações interindividuais haviam já ocupado o Título XXVII da *Partida Cuarta* de Afonso X. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, recuperará, cerca de 1340, o mesmo tema no «Prólogo» do seu *Livro de Linhagens*; mas por trás da ideia estava a tradição da *Ética a Nicómaco* aristotélica e do *De Amicitia* ciceroniano. A difusão da obra do Rei Sábio entre nós (cfr. José de Azevedo Ferreira, «A obra legislativa de Afonso X em Portugal», *Diacrítica*, I (1986), p. 5s.) não foi certamente alheia à permanência do tema no séc. XV; não admira que pudesse actuar sobre as preocupações de um Infante viajado e conhecedor de outras realidades político-sociais face às condições em que tinha de se afirmar o novo poder emergido com a segunda dinastia.

²¹ D. Duarte preocupou-se com o tema no *Leal Conselheiro*, a propósito da questão do «casamento»; cfr. Maria de Lurdes Correia Fernandes, «Da doutrina à vivência: amor, amizade e casamento no *Leal Conselheiro* do Rei D. Duarte», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Porto, I (1984), p. 133s.

²² *Ed. cit.*, p. 151.

do tradutor do que o problema das virtualidades da língua vernácula face ao latim clássico. O mesmo se dirá das considerações de D. Pedro a propósito da arte de traduzir no *Livro dos Offícios* e na *Virtuosa Benfeitoria*²³.

Já não será bem assim com Duarte de Resende, um século depois. Na sua dedicatória, o que constitui motivo de insistência diz fundamentalmente respeito à *doctrina* moral contida no tratado que poderá ter traduzido durante a sua estadia no Extremo Oriente, e já não propriamente às implicações políticas das ideias expostas no *Laelius*²⁴.

De qualquer forma, a dedicatória de Resende não inclui algumas das considerações mais correntes a propósito das dificuldades da tradução e nada que se pareça com as que tanto D. Duarte como D. Pedro haviam analisado no século anterior. Limita-se tão-só a tocar no tópico da supremacia da língua portuguesa no quadro das demais línguas vulgares europeias. Não devemos esquecer que, na década de trinta do séc. XVI, já estava adquirida uma notável experiência no tratamento da língua vulgar em prosa, nomeadamente na sua capacidade de aplicação de procedimentos retóricos modelados na prosa latina, não só narrativa, mas também doutrinária. Do séc. XV havia a prosa de Gomes Eanes de Zurara, que contribuíra também para um amadurecimento da consciência linguística nacional. Por outro lado, notemos a insistência resendiana na capacidade de a língua portuguesa não ter dificuldade em corresponder à *copia* latina²⁵. Resende conhecia bem Barros e certamente as ideias deste quanto à língua portuguesa.

Pouco se sabe da personalidade de Duarte de Resende²⁶. Deve ter pertencido àquela fidalguia sem grandes posses nem grande peso político,

²³ Cfr. Sebastião Tavares de Pinho, «O Infante D. Pedro e a «Escola» de tradutores da Corte de Avis», *Biblos*, LXIX (1993), p. 129s. Sobre a figura do Infante, entre outros trabalhos, vid. Maria Helena da Rocha Pereira, «A estátua do Infante D. Pedro: de Rui de Pina a Manuel Alegre», *Biblos*, LXIX (1993), p. 147s.

²⁴ É de notar que o afastamento prolongado do reino não lhe suscita qualquer anotação sobre a sua capacidade de dominar a língua, diferentemente do que diria poucos anos depois Damião de Góis no prólogo da sua tradução do *Cato Maior*, impressa em Veneza.

²⁵ No *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, que Luís Rodrigues imprimiria em Lisboa em 1540, João de Barros equaciona também a questão da capacidade da língua portuguesa face às congéneres românicas, concluindo pela sua superioridade, recorrendo ao argumento de que, mais do que elas, se identifica com o latim; cfr. ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, 1971, p. 396-97.

²⁶ Vid. Anselmo Braamcamp Freire, *Crítica e História*, cit., «Dois Duartes de Resende», p. 71s.

que procurou nos serviços no Oriente a oportunidade para obter alguma fortuna. Frequentou o paço real, onde cultivou a arte das trovas com produções que Garcia de Resende incluiu no seu cancioneiro²⁷. Terá nascido em Lamego, antes de 1491, sendo, por isso, da geração de João de Barros, de quem era parente pelo lado materno²⁸. A sua formação cultural pode ter decorrido na corte, naquele ambiente de «signo de latim» que envolveu a fidalguia manuelina, a que não foi alheio o magistério humanista de Cataldo Sículo²⁹.

Vamos encontrá-lo no Extremo Oriente, em Ternate, praça adiantada dos Portugueses nas ilhas Molucas, para onde deve ter embarcado na armada de 1520, de que era capitão Jorge de Brito. O seu nome chega-nos através do próprio João de Barros, no relato que faz do que sucedeu então nessas paragens quando da passagem do que restava da armada de Fernão Magalhães. O historiador sublinha na sua narrativa, de certeza apoiada em dados que Duarte de Resende lhe fornecera, já que diz expressamente que teve à sua disposição os papéis do fidalgo, dois aspectos: a curiosidade científica, evidenciada nas notas sobre os cálculos relativos à situação das ilhas³⁰; e o seu comportamento quando as autoridades portuguesas tiveram que lidar com a nau «Trinidad», que havia ensaiado uma tentativa de regresso à Península Ibérica pelo oceano Pacífico. Como parente e amigo, Barros sublinha o comportamento humanitário de Resende, que evitou as intenções violentas do governador de Ternate sobre os membros da tripulação do barco castelhano³¹.

²⁷ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. de Aida Fernanda Dias, Lisboa, IV, 1993, p. 131-138. Trata-se de um pequeno «cancioneiro» de oito poesias.

²⁸ Cfr. Anselmo Braamcamp Freire, *Crítica e História*, cit., p. 75-76. Para além dos dados de Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*, s.v.), cfr. Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, II, p. 214, onde o dá natural de Évora, confundindo-o com um outro Duarte de Resende, segundo elucidou Braamcamp Freire.

²⁹ Na verdade, na corte pode ter feito a sua formação letrada, num ambiente de certeza influenciado directamente pela pedagogia humanista de Cataldo e que se espelha no próprio *Cancioneiro* de Resende, por exemplo na cantiga irónica do Conde de Vimioso sobre as «quedas [que] daa o enssyno do latym» dirigida a Aires Teles, com os versos bem conhecidos: «Coytado, tryste de ty, / homem mofino, / que foste naçer en sino / de latym» (*Cancioneiro Geral*, ed. cit., n.º 270). Sobre este tema, cfr. Américo da Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal*, I, Coimbra, 1988, «O *Cancioneiro Geral* e Cataldo», p. 23s.

³⁰ Resende escreveu ainda um perdido *Tratado da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizerão às Ilhas do Moluco*, a que alude João de Barros na *Terceira Década da Ásia*. Seria já falecido em 1563.

³¹ *Terceira Década da Ásia*, Livro V, Cap. X, ed. de Hernâni Cidade, Lisboa, 1946, p. 296-7.

Que Duarte de Resende se interessava pelas letras, parece evidente: o mesmo Barros evoca o facto de lhe ter mandado para o Oriente o seu *Clarimundo*; no fundo estamos perante uma situação muito semelhante àquela que permite observar a circulação de poesia pelo Novo Mundo, nas bagagens pessoais de fidalgos em busca de aventuras e oportunidades de obterem alguma fortuna.

Importa agora observar o comportamento do tradutor perante uma obra largamente conhecida e que suscitava a apetência do público leitor, aspecto a que o impressor não foi certamente insensível³².

Seria útil proceder a um confronto entre os tradutores e textos latinos clássicos no séc. XVI e os seus antecessores de um século atrás. Haveria que analisar a concepção de cada um quanto à *frase* produzida na língua escrita de chegada, às estratégias da sua estruturação, à sinalização dos seus limites e unidades compositivas, na sequência gráfica do discurso. Implicaria isso ainda analisar com mais detalhe e vastidão a consciência linguística do tradutor, tanto face à língua de partida como à de chegada. Implicaria também definir com rigor o texto oferecido pelo exemplar de que o tradutor se serviu para o trabalho de traduzir. Uma tal inquirição poderia vir a fornecer dados significativos e complementares sobre a língua escrita portuguesa do séc. XVI e sobre o papel que nela desempenharam as traduções em prosa.

Importa, porém, cingir as considerações a fazer neste momento.

Começemos por atentar na sinalização gráfica do texto impresso por Galharde, ou seja, no emprego dos sinais de pontuação. Dificilmente se poderão tecer considerações definitivas sobre a responsabilidade do autor nesta matéria, dado que, como é sabido, a intervenção do compositor tipográfico poderá ter-se sobreposto à do tradutor em si mesmo. Na verdade, não é possível convocar para a problemática da pontuação do texto impresso exactamente as mesmas considerações que se devem equacionar para o caso do texto manuscrito³³.

Por outro lado, a orientação da leitura visual que a pontuação gráfica se destinava a fornecer ao utilizador do texto impresso poderia não ser tão

³² Recorde-se que Germão Galharde imprime alguns textos importantes para o humanismo português, como a *Epistola Plinii*, em 1529, com os comentários de Martinho de Figueiredo, baseados nas lições de Policiano sobre o mesmo texto e para cuja importância tem chamado a atenção José V. de Pina Martins; cfr. *Humanisme et Renaissance. De l'Italie au Portugal. «Les deux regards de Janus»*, T. 2, Lisboa-Paris, 1989, em especial p. 420s.

³³ A este propósito, cfr. Jean Roudil, «Les signes de ponctuation dans le manuscrit 43-22 des «Flores de Derecho» de Jacobo de las Leyes», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 7-bis, 1982, p. 8.

imperiosa no caso do texto latino, cuja estrutura sintáctica incluía indicações suficientes para a definição das unidades de sentido contidas na frase. Não tanto assim no caso do texto impresso em língua vulgar e em prosa, mormente no caso de impressores como Germão Galharde que, como já observava D. Carolina Michaëlis, não pode ser considerado um esmerado tipógrafo, à época em que imprimia o texto de Duarte de Resende³⁴. Não admirará que encontremos nesta edição procedimentos em que a marcação das unidades frásicas não coincide com aquela que o texto latino logicamente poderia oferecer ao leitor.

Uma situação exemplificativa, com algumas consequências no plano da transparência das ideias expostas por Cícero, pode ver-se na frase que corresponde ao final de V, 19 e início de V, 20, onde se discutem as relações entre a *amicitia* e a *propinquitatis*:

«...sublata enim benevolentia amicitiae nomen tollitur, propinquitatis manet. Quanta autem uis amicitiae sit, ex hoc...».

O texto português institui, em termos de sinalização gráfica, uma perturbação, que no entanto o leitor poderia ultrapassar:

«...e se se aparta a bem querença perde-se ho nome da amizade: mas não o do parentesco quanta seja a força da amizade. por isto mayormente de pode entender...» (fo. b v r.^o).

É possível que a expressão de valor conclusivo «ex hoc» tenha provocado esta distribuição frásica.

³⁴ O texto impresso em Coimbra por Galharde com as versões de Resende apresenta-se como mais cuidado do que aquele impresso logo a seguir por ele em Lisboa com a *Ropica Pnefma* de Barros. Usam-se os mesmos caracteres góticos, claramente cansados; mas enquanto a impressão acabada, segundo o cólofon, em 1532 em Lisboa é paupérrima no recurso a letras capitais ou na abertura da mancha tipográfica para facilitar a leitura, no texto terminado em Coimbra um ano antes podemos encontrar, além da inclusão de algumas poucas notas marginais, sinais de um maior cuidado tipográfico, com algumas capitais e certa preocupação em visualmente «abrir» o texto. O esmero, todavia, não é notável; assim, encontramos a rubrica «Lelio» (fo. b viii v.^o, correspondente ao início de X, 32), depois «Capitolo .iiij.» (fo. c i v.^o, correspondente a XII, 40) e, finalmente, «Capitolo. iiij.» (fo. c v r.^o, correspondente a XVI, 56). Ora esta numeração só pode entender-se admitindo que para tal foram considerados «capítulos» da obra o trecho inicial titulado «Começa a vida de Marco tulio.» (fo. a ii v.^o) e todo o segmento até X, 32, anunciado ao leitor «em modo de argumento» (fo. b r.^o).

Uma outra situação em que se observa a ausência de uma marca gráfica indicadora dos limites frásicos está na passagem de VIII, 27 para VIII, 28:

«... quasi lumen aliquod probitatis et uirtutis perspicere uideamur. Nihil est enim uirtute amabilius...»,

que em Duarte de Resende ficou:

«... e natureza em que nos parece que ha algum lume de bondade e virtude por que nenhuma cousa he mays pera amar que a virtude...» (fo. bvii r.^o).

Também aqui o nexó de causalidade pode ter ofuscado o tradutor³⁵. Para tradutores como Duarte de Resende ou Damião de Góis, como aliás havia sido o infante D. Pedro, era pressuposto que a utilidade da mensagem da obra se inscrevia no domínio dos benefícios que dela poderiam retirar os seus contemporâneos em termos de modelos de comportamento, com a vantagem adicional de que tanto a época histórica do autor como a personalidade literária deste constituíam factores determinantes da autoridade do sentido que deveria ser valorizado.

No caso concreto de Duarte de Resende, pese a nossa enorme ignorância quanto à sua biografia, há que levar em consideração que as relações de proximidade com João de Barros legitimam a conjectura de que tivesse participado das relações humanistas que o historiador manteve junto de homens de letras do seu tempo, suficientemente extensas para Luís Vives lhe dedicar em 1535 um tratadinho de exercícios espirituais³⁶.

³⁵ No entanto, o procedimento gráfico mais evidente, neste texto impresso, é sem dúvida o recurso ao parêntese recto, em duas situações: avisar o leitor da inclusão, na sequência do discurso, de uma citação alheia, hoje assinalada por aspas, como é o caso de um citação de versos de Ênio (em XVII, 64; fo. cvii r.^o, com chamada à margem); ou então, mais de acordo com o uso actual, demarcar um comentário introduzido sob a forma de uma «uersio ab oratore». É neste caso que se inscreve o recurso ao mesmo sinal para os incisos parentéticos, do tipo «ut solebat» = «[e segundo soya]». Por vezes encontram-se destes incisos sem correspondência no texto original, como em fo. b r.^o «[e segundo creio]». Esta sinalização por meio de parênteses constituía, aliás, um procedimento do próprio impressor. Note-se que Galharde utiliza o parêntese para o mesmo efeito na sua impressão da *Ropica Pnefma*.

³⁶ Eram as *Ad animi exercitationes in Deum commentatiunculæ*, impressas em Antuérpia no ano de 1535; cfr. Jorge A. Osório, «L'Humanisme portugais et l'Espagne: Luis Vives et les Portugais. À propos d'un livre dédié à João de Barros», *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Paris, 1984, p. 229s.

Nestes meios imperava uma atitude de respeito filológico para com o texto escrito pelos autores antigos, o que de certo modo impedia a adopção de uma grande liberdade de actuação da parte do tradutor.

Vem isto a propósito de um procedimento corrente nestes tradutores, mediante o qual se procurava encontrar uma explicitação suficientemente clara para algumas ideias ou para alguns factos junto de um leitor muito posterior e, provavelmente também, nem sempre bem preparado em termos de conhecimentos de assuntos clássicos. A actuação do tradutor podia ir da manutenção de formas obviamente alatinadas³⁷ até às propostas mais transparentes para um leitor quinhentista.

Um comportamento habitual nas traduções de latim para língua vulgar no século XVI consistia em utilizar uma iteração sinonímica para verter um termo latino. Por um lado, tratava-se de procurar encontrar uma equivalência para a noção de *copia* que os autores sempre sublinham como característica de superioridade do latim face ao vernáculo; por outro lado, e numa dimensão muito mais pragmática, tratava-se também de um meio para obter uma equivalência actualizada junto dos leitores e da sua experiência e saber para os termos com mais forte densidade semântica, como eram os nomes, os adjectivos, os verbos. Tal procedimento acarretava, forçosamente, uma interpretação do significado do termo latino, que podia assumir a forma de um conjunto de dois elementos relacionados pela copulativa *e*, do tipo «commouer e congoxar» (fo. bii v.^o) para «commoueri» (II, 8) ou de «sociedade e amor» (fo. bv r.^o) para «societas» (V, 19), ou então «em todas as luxurias e pecados» (fo. dii r.^o) face a «libidinum... licentiam» (XXII, 83)³⁸.

Estas soluções, que em rigor não são de uma sistematicidade tão notória como na tradução do *Cato Maior* feita pouco depois por Damião de Góis, servem, além do mais, para enfatizar as dimensões semânticas que, normalmente, se relacionam com as referências dos comportamentos

³⁷ No que diz respeito à manutenção de formas claramente alatinadas, haverá também que anotar que o procedimento era corrente nos tradutores de obras latinas: «propínquos» (fo. cii r.^o) para «propinqui» (XII, 41) ou «patribus conscriptis» (IV, 12) face a «acompanhado dos padres conscritos» (fo. biii v.^o).

³⁸ Note-se que, no «Prohemio» da sua tradução para português do *Livro de Nicolao Veneto*, que imprimiu em Lisboa no ano de 1502, em apêndice ao *Livro de Marco Paulo*, Valentim Fernandes considera que um dos pontos «graves» da tarefa de «tralladar de latym em lingoagem» residia nos «defectos que assy em ho soom das clausulas, como em a verdadeira significaçom de muytos vocabulos. [donde] que de neçesario vem as tralladações de huma lingoa em outra conuem de fallar per çircunlocações ou rodeos» (fo. 79, r; vid. ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1922).

menos aconselháveis; por isso não admirará que se tornem solução necessária no caso da tradução do vocabulário mais condenador da adesão ou do interesse pelas coisas ou pelos bens terrenos.

Mas a necessidade de valorizar junto do leitor contemporâneo o sentido que se pretendia realçar na obra original mediante a tradução conduzia a subtis graduações hierarquizadas no emprego do vocabulário no texto traduzido. Assim podemos ver «familiaritas» (fo. a r.^o) traduzido por «pera nossa amizade e conversação» e «societas» por «humana sociedade e amor». Há que lembrar as observações tecidas pelo infante D. Pedro na carta em que remetia a D. Duarte a versão, hoje perdida, deste mesmo tratado de Cícero, sobre a diferença a estabelecer entre *amizade* e *amor* no quadro da tipologia das relações em que os indivíduos se viam envolvidos no seio da comunidade: a *amizade* devia incidir no domínio da família (entre iguais); o *amor* dizia respeito a relações sociais públicas, em diferente quadro jurídico.

Por vezes, porém, a iteração desempenha um papel mais enfático e intensificador, como sucede em «da licença pera falar e praticar em todas as luxurias e pecados» (fo. dii r.^o), que procura a equivalência para o sentido da frase: «qui existimant libidinum peccatorumque omnium patere in amicitia licentiam» (XXII, 83).

A orientação do leitor não se podia, contudo, reduzir a estas soluções. Era necessário explicitar algumas referências ou evocações que no texto latino, destinado a um leitor historicamente contextualizado, podiam funcionar por si mesmas, sem prejuízo para o desenvolvimento da argumentação. Isto passa-se, nesta tradução, essencialmente com a inclusão de nomes próprios de personagens aludidas no texto ciceroniano, normalmente no lugar de ocorrência de *ille* anafórico, como em «huius enim facta, illius dicta laudantur» (II, 10), que para Resende acarretou a indicação dos nomes próprios implícitos na alusão: «por que de Socrates [*illius*]. se louva o que disse. e de Catão [*huius*] ho que faz» (fo. bii v.^o). Ou então em casos como os seguintes:

I, 1 «Sed de hoc alias: nunc redeo ad augurem» = «Aguora torno a fallar do *outro Sceuola de que açima disse*» (fo. b r.^o);

III, 11: «duabus urbibus euersis» = «destruindo dus cidades .s. Numancia e Carthago» (fo. biii r.^o);

IV, 13 «iis, qui nuper disserere coeperunt» = «em a openião daquelles *epicureus* que a poucos dias começará a dizer» (fo. biii v.^o);

IV, 13 «eius qui Apollinis otaculo sapientissimus est iudicatus» = «a aquelle *Socrates* que por o oraculo de Apollo foy julgado por sapee[n]tissimo» (fo. biii v.^o)³⁹.

Mas nem sempre a tradução actua pela positiva; noutros locais omite um vocábulo, sem que se possam fixar as motivações para tal. Vejam-se os casos seguintes:

V, 19 «Agamus igitur pingui, ut aiunt, *Minerva*» = «tratemos poys disto mays em grosso [segundo se diz]» (fo. bv r.^o).

Por vezes, mas não muitas, a tradução cria uma situação um tanto complexa, com perda de algum texto. É o que sucedeu em

«Atque hoc quidem omnes mortales et intellegunt et re probant. Itaque, si modo aliquod officium exstitit amici in periculis aut adeundis aut communicandis, quis est qui id non maximis efferat laudibus?» (V, 24),

frase que foi recuperada no passo resendiano da seguinte maneira:

«e isto todos os mortaes o entende e poucos o seguem e todos muyto louuuã o bñficio da amizade. assi como quando o imiguo [no original «officium amici»] se põe a comunicar e participar os figos e trabalhos de seu amiguo» (fo. bvi r.^o).

São também patentes as adaptações por vezes violentas («imigo» por «amicus») e o desaparecimento do segmento interrogativo final da frase de Cícero.

Não será, todavia, neste domínio que mais valerá a pena caracterizar a tradução de Duarte de Resende; na verdade, os exemplos dados integram-se facilmente na prática tradutória do tempo. Afigura-se mais significativo dirigir a nossa atenção para o procedimento posto em prática no tratamento das situações interfrásicas, dependentes da aplicação de partículas cuja função era, fundamentalmente, sustentar o ritmo argumentativo e expositivo no texto original.

Os diálogos ciceronianos como o *Laelius* comportavam sempre uma dada carga polemizante. Daí que as partículas gramaticais ligadas à causalidade, à consequência, à concessão, à corroboração, à adição de argumentos desempenhem um papel de relevo, sobretudo nos encadeamentos inter-

³⁹ Sublinhados nossos.

frásicos, normalmente assinalados, no texto impresso, por sinais de pontuação indicadores dos limites das frases.

Ora, se observarmos o modo como se comporta Duarte de Resende nesta matéria, verificaremos, por um lado, a permanência de soluções que os tradutores quatrocentistas haviam adoptado, e, por outro, algumas diferenças em relação ao que se observava num autor como o infante D. Pedro um século atrás⁴⁰. Em primeiro lugar, há que notar que a partícula mais escolhida por Resende é *mas*. É algo semelhante ao que sucederá com Damião de Góis, quando traduzir o *Cato Maior*. Destes autores, que têm atrás de si já um século de manuseamento da língua vulgar numa prosa já diferente em vários aspectos da medieval, desaparecem *pero* / *empero*, *porém* / *porende*. Nestes textos traduzidos, o *mas* ultrapassa quase por completo todas as restantes partículas da ligação entre as frases.

O infante D. Pedro recorrera em larga medida a partículas de relacionamento interfrásico recolhidas da tradição prosística medieval. Além do *mas*, que nele se revelava já com uma aplicação destacada e abrangente, serviu-se sobretudo de *porém/porende*, de *pero/empero* e de *ca* nas situações de início de frase, ou seja, depois de pausa decorrente da estrutura da frase latina original.

Duarte de Resende e, logo a seguir, Damião de Góis revelam uma diferente escolha deste tipo de léxico. Dos seus textos desapareceram praticamente as formas atrás enumeradas. De facto, Resende usa uma única vez *empero*⁴¹, desconhecendo *porém* e *ca*. Quanto a Góis, na sua versão emprega uma só vez *porém*, para traduzir também um «sed tamen»; mas não recorre a *pero* nem a *ca*⁴². É certo que a conjunção copulativa *e* em início de frase se mantém com um índice muito elevado de utilização, talvez mais em Resende do que em Góis, mas sobem para primeiro plano de ocorrência formas como *portanto* (*e portanto*), *contudo* (*mas contudo*), *verdade* (*é verdade*, *a verdade é que*, *em verdade*, *de verdade*, *de verdade que*), a par de *ainda*, *pois*, *assi*, *porque*, que D. Pedro também utilizara⁴³.

⁴⁰ Cfr. Jorge A. Osório, «A prosa do Infante D. Pedro, a propósito do *Livro dos Ofícios*», *Biblos*, LXIX (1993), p. 107s.

⁴¹ XV, 53: «Coluntur tamen simulatione dumtaxat ad tempus», partícula que noutros locais suscita um *contudo*.

⁴² *Cato Maior*, X, 32. Neste texto, Góis utiliza de facto mais vezes *mas* (a par de *e*) em posição inicial de frase; num único local surge «E porem» para traduzir um «sed tamen», que logo abaixo verteu por «Mas contudo» (X, 32); *contudo* conhece, por sua vez, um emprego já notório nestes autores.

⁴³ Em Resende não encontramos *todavia*, que o Infante tinha utilizado no *Livro dos Ofícios*.

Vale a pena aqui evocar o procedimento de João de Barros na sua *Ropica Pnefma*, obra original e não tradução de uma outra⁴⁴. Nas posições de início de frase, a partícula mais utilizada é *peró*, predominante sobre *mas*; e quase tanto como esta última é utilizada a partícula já arcaizante *ca*. Significará isto que Barros se fornece mais de partículas da tradição antiga do que Resende ou Góis⁴⁵?

No seu texto latino do *Laelius*, Cícero socorrera-se predominantemente de *enim*, *autem*, *sed*, *igitur*, *itaque*, *quam ob rem*, *quidem* e, com menor frequência, de *nam*, *tamen*, *uero*, *atque*, *quamquam* e, ainda menor, de *quare*, *quocirca*, *quoniam*, *denique*, *ergo*. Trata-se de uma panóplia variada, que o tradutor para português tinha de enfrentar e reverter no quadro das disponibilidades da sua língua.

Em muitos locais Resende não se ocupa em encontrar uma partícula portuguesa para corresponder à do original, deixando ao leitor a tarefa de compensar a falta da sua explicitação através do curso lógico da exposição.

As partículas mais usadas por Duarte de Resende no seu texto são *mas*, *assi*, *porque*, *portanto*, *pois*, *(em) verdade*. É um leque naturalmente mais restrito do que o de Cícero, no texto do *Laelius*; confrontado com o do Infante um século antes, evidencia distanciamentos, mas também permanências, a principal da qual é certamente o lugar cimeiro atribuído à adversativa *mas*. Esta adversativa recobre não só normalmente o *sed* latino, quando é traduzido, mas também serve para verter *autem* ou, menos vezes, *at uero*; *tamen*, uma das partículas mais usadas no texto original, pode ter equivalência em *contudo* ou ficar simplesmente por traduzir⁴⁶. Já *enim*, que Cícero emprega em larga escala para realçar o encadeamento

⁴⁴ Note-se que o passo do *De Amicitia* «Nec enim adsentior iis, qui haec nuper disserere coeperunt» (IV, 13), já evocado para a tradução de Resende, no qual se inscreve, no texto português, a referência explícita aos «Epícureos», vem em Barros mais próximo do original, o que indicia não se ter servido com certeza da tradução do seu amigo; *Ropica Pnefma*, cit., II, p. 62.

⁴⁵ Seria interessante aprofundar a análise da posição de Barros como prosador, face à prática da língua portuguesa literária no séc. XVI. A sua sensibilidade à língua evidencia-se na *Gramática*; aí, porém, mostrou-se adepto de uma poesia assente na valorização da rima e do ritmo musical como factores estruturadores do verso, certamente tendo em mente o verso à maneira italiana que os meios cultos já conheciam e que as obras de Garcilaso de la Vega celebrizavam no domínio do castelhano: «E, porque o tempo em que se as tróvas se faziam e os homens nam perdiam sua autoridade por isso é degradádo destes nössos reinos, ficará ésta matéria pera quando o uso ôre-querer»; cfr. *Gramática da língua portuguesa*, ed. cit., p. 298.

⁴⁶ As situações onde ocorre *tamen* conduziram, um século antes, ao emprego de *pero* / *empero*.

explicativo da exposição, vem traduzido sobretudo pela copulativa *e* ou então por *que* em posição de início de frase. O valor conclusivo de *igitur* é acolhido, em regra, por *pois*; quanto a *portanto*, serve para *quam ob rem*, que também pode aparecer sob a forma de *assim que*.

Poderá considerar-se que o comportamento do tradutor conduziu a uma redução do movimento argumentativo do texto original. Importa, no entanto, ter presente que o tradutor se aproximava da obra ciceroniana numa perspectiva de «utilidade actual», caucionada pela autoridade do autor e não com o objectivo de reconstituir, em língua vulgar, uma verosimilhança histórico-cultural, para o que não dispunha dos meios necessários. Por outro lado, os tradutores localizavam as dificuldades da versão de latim para vulgar essencialmente no domínio lexical, surgindo-lhes, como de menor incidência, o problema da «tradução» dos mecanismos argumentativos que os textos ciceronianos, porque peças de disputas e polémicas, tanto punham em acção.